

gados sindicais, em plenários de Redacção, e, finalmente, em Assembleia Geral.

Assim realizaram-se as seguintes paralisações:

- Dia 12 de Dezembro de 1978 — Entre as 9 e as 10 horas, nos vespertinos e Rádio; entre as 17,30 e 18.30 horas, nos matutinos, Agências Noticiosas e jornais não-diários.
- Dia 19 de Dezembro de 1978 — Entre as 10 e as 12 horas, nos vespertinos; entre as 17 e as 19 horas, nos matutinos, jornais não-diários e Rádio. Nas Agências Noticiosas das 10 às 11 horas e das 17 às 18 horas.
- Dia 27 de Dezembro de 1978 — Entre as 11,30 e as 12,30 horas, para a Imprensa Diária, Imprensa-não-Diária, Rádio e Agências Noticiosas.
- Dia 15/16 de Janeiro de 1978 — Entre as 10 e as 13 horas do dia 15, nos matutinos, vespertinos, Imprensa-não-diária, Rádio e Agências Noticiosas, para quem labore nesse período; Entre as 18 e as 21 horas do dia 15 nas matutinos, vespertinos, Agências Noticiosas e Imprensa-não-diária, para quem labore nesse período; Entre as 23 horas do dia 15 e as 2 horas do dia 16 na Rádio, para quem labore nesse período; Entre as 3 e as 5 horas do dia 16 nas Agências Noticiosas para quem labore nesse período.

As elevadas percentagens de adesão registadas, permitem afirmar que as paralisações constituíram um êxito, não obstante terem revestido um carácter mais ou menos simbólico. Para esse êxito muito contribuiria a realização de reuniões de delegados sindicais e de plenários de Redacção, que permitiram fazer um levantamento concreto sobre o sentir da maioria da classe em relação às negociações do CCT e às formas de luta a adoptar para obter a sua rápida conclusão.

Além disso, é convicção da Direcção que o êxito dessas paralisações teve como efeito útil o recuo verificado nas posições da AID, a qual, mantendo-se intransigente nas tabelas salariais, cedeu



nas diuturnidades (5 diuturnidades de 3 em 3 anos e de percentagens variáveis) e no horário de trabalho.

Quanto às tabelas salariais, como já se disse, a AID, após a concessão do subsídio ao papel «ofereceu» um adiantamento de 7,5 % quando, e se, o Governo resolvesse os problemas financeiros das empresas. A CNS, no âmbito das negociações, recusou o adiantamento, embora não se opusesse a que as empresas individualmente o concedessem, e manteve a posição de exigir um aumento de 20 % com efeitos a Janeiro de 1978, ou de 33 % com efeitos a Setembro de 1978.

Face ao impasse, a AID resolveu pedir a elaboração de uma Portaria de Regulamentação de Trabalho (PRT) sobre as tabelas salariais, no que obteve a solidariedade dos restantes membros da Comissão Negociadora Patronal. A CNS, não podendo evitar esse pedido, e a sua aceitação pelo Governo, repudiou-o, no entanto, e com o mandato da classe concedeu um prazo de trinta dias (que expira em 12/2/79), para ficar concluída a Portaria.

Nos finais de Janeiro ainda nada se sabe sequer sobre a constituição da Comissão Técnica para elaborar os estudos preparatórios da PRT, mas a Direcção do Sindicato tudo fará para que o seu conteúdo seja o menor possível e a entrada em vigor se verifique rapidamente. Entretanto, o texto do CCF acordado deverá ser em breve depositado no Ministério do Trabalho para publicação, entrando em vigor cinco dias após a publicação no Boletim do Trabalho e Emprego.

ESTATUTOS

Uma das tarefas cuja realização os actuais corpos gerentes propunham no seu programa, era a da revisão dos Estatutos no sentido de os adequar à realidade e aos interesses da classe.

Para isso nomeou a Direcção em Março de 1977 uma comissão constituída pelos jornalistas Fernando Cascais, José Manuel Rodrigues da Silva, José Pedro Castanheira e Jorge Schnitzer. Como coordenador deste grupo de trabalho, o membro da Direcção Albertino.

Cedo, porém, se verificou ser impossível o funcionamento regular, com um mínimo de presenças, do grupo de trabalho, pelo que a Direcção decidiu elaborar ela própria um projecto que foi presente à Assembleia Geral Extraordinária de 9 de Janeiro de 1978. O debate sobre esse projecto prosseguiu por mais dez sessões, até que em 14 de Março de 1978, na sua 8.ª sessão, a Assembleia Geral decidiu congelar a sua aprovação definitiva por não estarem em vigor diplomas fundamentais para a classe, como o Regulamento da Carteira Profissional e o Estatuto do Jornalista. Ficou, assim, suspensa a Assembleia Geral Extraordinária para apreciação do projecto dos Estatutos.

O tempo foi decorrendo e os diplomas acima referidos, não foram aprovados, não obstante todas as diligências da Direcção do Sindicato junto dos sucessivos secretários de Estado da Comunicação Social. Impunha-se, assim, face ao aproximar do termo do mandato, o desbloqueamento das partes mais importantes e já aprovadas do projecto de Estatutos, a fim de possibilitar um melhor funcionamento do Sindicato.

Pensava a Direcção pedir à Mesa da Assembleia Geral o prosseguimento da Assembleia dos Estatutos para o mês de Dezembro de 1978. Mas tal não foi possível devido à situação das negociações do Contrato Colectivo de Trabalho. Assim, a continuação da Assembleia Geral vai a realizar-se em 1979, tendo sido aprovados novos Estatutos, de cujo conteúdo avultam as seguintes alterações:

- a) Os directores de publicações ou de Informação, que sejam ou tenham sido jornalistas de carreira, podem votar e ser eleitos, excepto se exercerem cargos de administração, mas, neste caso, só não podem ser eleitos;
- b) Aumento do número de elementos da Direcção de onze para dezasseis membros, passando a existir três vice-presidentes;
- c) Criação do Conselho Técnico e de Deontologia, que, além da competência técnica do anterior Conselho, tem agora competência em matéria disciplinar e de deontologia que exercerá sem dependência da Direcção;
- d) Criação do Conselho de Delegados Sindicais, com funções consultivas;



- e) Estabelecimento de um número mínimo de presenças para qualquer Assembleia Geral Extraordinária funcionar.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ENCONTRO DOS JORNALISTAS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

As relações internacionais do Sindicato dos Jornalistas foram um dos aspectos que, no decurso do ano de 1978, mais mobilizaram os corpos gerentes. Atribuímos um significado verdadeiramente histórico ao nosso ingresso nas duas organizações mundiais — a Federação Internacional de Jornalistas e a Organização Internacional de Jornalistas — na concretização de contactos incentivados em 1977.

Também histórico teria sido o Encontro de Jornalistas dos Países de Língua Portuguesa, se dificuldades de última hora, colocadas por Moçambique e Angola, não tivessem determinado o seu adiamento «sine die».

Após um amplo debate interno, que mobilizou toda a classe, uma Assembleia Geral realizada em 7 de Abril de 1978 aprovou uma proposta da Direcção, decidindo pedir a associação à Federação Internacional de Jornalistas, a participação como observador permanente nas actividades da Organização Internacional de Jornalistas e a continuação dos contactos com o Comité de Roma.

Em 21 de Setembro de 1978, em Nice, o Congresso da FIJ aprovava, por aclamação, o pedido de associação do Sindicato português.

O ingresso na OIJ fez-se automaticamente e Castro Ribeiro e Maria Antónia Fiadeiro participaram, respectivamente em Paris e no México, em reuniões do «praesidium» daquela organização.

O estabelecimento destas relações, para além de permitir, finalmente, quebrar o isolamento internacional, pondo os jornalistas portugueses em contacto com os seus camaradas de todas as latitudes, representou um factor importantíssimo para a defesa da unidade sindical dos jornalistas. Além disso, os jornalistas portugueses vão passar a poder dispor dos cartões internacionais passados pelas duas organizações, permitindo uma mais fácil acreditação no estrangeiro e, em muitos casos, a obtenção de facilidades em transportes.

As duas organizações internacionais, e particularmente a FIJ, dada a maior facilidade de contactos por razões geográficas, apoiaram já, por diversas ocasiões, nomeadamente no decurso das paralizações motivadas pela negociação do CCT, as lutas dos jornalistas portugueses, constituindo tal apoio um importante factor de pressão e dissuasão.

O Sindicato dos Jornalistas associou-se, através de mensagens na Rádio e de uma entrevista na Televisão, à celebração do Dia internacional dos Jornalistas, promovido pela OIJ.

Entretanto, e em relação ao Comité de Capri, o Sindicato fez-se representar numa reunião que em Junho teve lugar em Paris, organizada pela União dos Jornalistas de França e com a participação de representantes de organizações sindicais de Itália, Grã-Bretanha, Espanha (UGT e Unión de Periodistas) e da FIJ e da OIJ, para acertar a composição do Comité. O Sindicato dos Jornalistas fez-se representar por Cáceres Monteiro e Maria Antónia Palla, respectivamente presidentes da Direcção e do Conselho Técnico.

O estabelecimento destes contactos com as organizações, não impediu a intensificação de alguns encontros bilaterais.

No decurso de algumas das reuniões já referidas houve oportunidade de estreitar relações com os camaradas espanhóis, já iniciadas formalmente em Lisboa, em 1977.

Neste momento encontra-se praticamente concluído um acordo de cooperação entre o Sindicato e a União dos Jornalistas Polacos, começado a negociar em Outubro, em Varsóvia, aquando da deslocação do presidente da Direcção ao Simpósio «Jablona IV», reunião de jornalistas a favor da Paz.

Albertino Antunes participou, na Cidade do México, numa reunião promovida pela Federação Ibero-Americana de Jornalistas.

Importância muito particular atribuímos à participação do Sindicato nos trabalhos da XX Conferência Mundial da UNESCO e na Conferência de Berlim sobre Concentração de Imprensa e Novas Técnicas. Correspondendo a uma solicitação do Sindicato, o Governo aceitou integrar um representante do SJ na delegação oficial à XX Conferência Mundial da UNESCO, realizada em Paris, em Novembro. Representou o Sindicato o secretário da Direcção (Delegação do Porto), Castro Ribeiro.



Por outro lado o Sindicato esteve representado pelo presidente da Direcção, Cáceres Monteiro, e pelo secretário da Assembleia Geral, Pedro Vieira, num importantíssimo congresso sobre concentração de Imprensa e novas técnicas que se realizou em Berlim, promovido pela organização sindical alemã Druck und Papier, pela Federação Gráfica Internacional e pela Federação Internacional de Jornalistas. Neste encontro, em que participaram mais 15 países, para além da possibilidade do estabelecimento de contactos bilaterais com os Sindicatos de outros países, foi possível obter importante documentação (actualmente em fase de organização, que futuramente será divulgada e se revelará da maior importância para a actuação não só do SJ como dos outros sindicatos do sector, nomeadamente o dos gráficos, ao qual já foi entregue a declaração final da Conferência.

No seguimento da presença em Berlim, ainda a convite da Embaixada da RFA em Lisboa, os representantes do SJ fizeram uma viagem de informação a diversas cidades alemãs, onde tiveram contactos designadamente com dirigentes de sindicatos de jornalistas.

Diversas delegações de jornalistas estrangeiros que estiveram em Lisboa, frequentemente por solicitação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, foram acolhidos na sede do Sindicato. Foi para nós uma honra especial termos recebido o director da Escola de Jornalismo de Lille, prof. Hervé Bourges. Aliás o Sindicato começou já a estabelecer com aquela prestigiada instituição de ensino do jornalismo, um intercâmbio de documentação.

Também durante 1978 começou a ser desenvolvido um esquema de relações com o Centro de Formação de Jornalistas, de Paris. A secretária-geral, Mme. Jaques Richet, procedeu à selecção de bolseiros na sede do Sindicato e houve oportunidade de estabelecer contactos em Paris com a secretária do referido Centro, Maribel Bahia, de que contamos publicar um artigo no próximo número de «Jornalismo».

O Sindicato participou num júri de selecção de candidatos para bolsas de estudo do World Press Institute. Representou o Sindicato o nosso camarada Wilton Fonseca.

O estabelecimento de alguns destes contactos, apesar da quase totalidade das viagens terem sido oferecidas ou resultado de con-

tratos de permuta entre o boletim «Jornalismo» e a TAP, significou para o Sindicato um assinalável esforço, designadamente financeiro, que julgamos, no entanto, compensado pelos resultados obtidos.

Consideramos muito pouco positiva a maneira de aplicação do acordo celebrado em 1977 entre o Sindicato e a União dos Jornalistas Romanos, que praticamente não funcionou.

Julgamos que os futuros corpos gerentes deverão proceder à sua renovação, se forem garantidos os instrumentos de uma aplicação efectiva.

* * *

A maior parte das energias do Sindicato foram, porém, neste capítulo, canalizadas para uma iniciativa que já no relatório de 1977 anunciávamos e classificávamos da maior importância: o I Encontro de Jornalistas dos Países de Língua Portuguesa.

Após um longo e vasto processo de contactos, conseguimos que aderissem à nossa iniciativa, em termos de apoio, o Governo Português (que chegou a aprovar a concessão de um subsídio de mil contos), a UNESCO (que nos enviou uma contribuição de quarenta e seis contos) e a Organização Internacional de Jornalistas.

Responderam afirmativamente para participar no Encontro a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais (Brasília), a Associação Brasileira de Imprensa (Rio de Janeiro) e os seguintes Sindicatos: Brasília, Ceará, Minas Gerais (Belo Horizonte), Rio de Janeiro, Pará, Santa Catarina, Porto Alegre e S. Paulo.

Recebemos igualmente confirmações de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Angola. Porém, na sequência de uma inesperada recusa de participação da Organização dos Jornalistas de Moçambique — quando contactos prévios com a Embaixada de Moçambique e com um elemento da OJM não faziam prever tal atitude — as autoridades angolanas reviram a decisão anteriormente tomada. Estas atitudes inexplicáveis, porque tomadas sobre a hora da realização do Encontro, causaram graves problemas morais e materiais ao Sindicato.

As respostas até agora recebidas das outras organizações que deveriam participar no Encontro apontam para a necessidade de serem envidados esforços que levem os jornalistas angolanos e moçambicanos a fazerem-se representar.



Julgamos que a tentativa de concretização do referido Encontro, sob a forma original ou equivalente, deve constituir objectivo prioritário dos futuros corpos gerentes.

O Sindicato dos Jornalistas agradece, de forma particular, às seguintes entidades: Major João Figueiredo, Secretário de Estado da Comunicação Social, ao tempo em que foi concedido o subsídio oficial; Dr. Azeredo Perdigão, presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, que havia concedido as instalações para a realização do Encontro; Dr.ª Maria de Lurdes Pintasilgo, embaixador de Portugal na UNESCO e Sr. Hifzi Topuz, director-geral da Divisão de Informação da UNESCO.

Consideramos, porém, que, apesar do adiamento, o simples trabalho de organização do Encontro, teve aspectos particularmente positivos.

As vias de diálogo ficaram abertas em relação a alguns países africanos de língua portuguesa. Mas, muito particularmente, em relação aos nossos camaradas brasileiros, contactos pessoais (de José Carlos de Vasconcelos, presidente da Assembleia Geral, no Brasil, onde se deslocou em serviço do seu jornal, e de Ayrton Batista, presidente da Federação Nacional de Jornalistas Profissionais, quando da sua permanência recente em Lisboa) e a troca de correspondência oportunamente divulgada, lançaram as bases de um diálogo que futuramente deve ser prosseguido.

A Comissão Organizadora do Encontro, assistida pelos presidentes da Assembleia Geral e Direcção, respectivamente José Carlos de Vasconcelos e Cáceres Monteiro, era presidida por Acácio Barradas («Diário Popular») e composta ainda por Bernardino Coelho («Diário Popular»), Daniel Reis («Diário de Lisboa»), Ribeiro Cardoso («O Diário»), Óscar Mascarenhas («A Capital»), Teresa Moutinho («RDP»), Luís Pinheiro de Almeida («ANOP») e Edite Soeiro («O Jornal»).

A Direcção agradece a forma muito interessada como os elementos desta Comissão e em especial o seu presidente, se empenharam nas tarefas de Organização do Encontro.

(do Relatório e Contas de 1978
do Sindicato dos Jornalistas)